



ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA DIMENSÃO CENTRAL DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM PORTUGAL

*Literacy and basic education: a central dimension of adult education in
Portugal*

MOREIRA, Jorge¹
CORREIA, José Alberto²
CAMELO, João³

RESUMO

Tendo como ponto de partida a investigação realizada no quadro de um doutoramento, procede-se a uma análise do processo de alfabetização e educação básica dos adultos em Portugal, no período que decorre entre os anos trinta do século XIX e meados da década de oitenta do século XX. Os autores partem de um marco teórico que reconhece a impossibilidade de uma educação neutra ou apolítica, situando-se numa perspectiva crítica relativamente a perspectivas pedagógicas, economicistas ou meramente gestionárias do fenómeno educativo. A investigação baseou-se num processo de pesquisa e análise documental, a partir de fontes primárias e secundárias, e num trabalho de análise e discussão da literatura educativa e pedagógica existente sobre o tema em apreço. O trabalho desenvolvido permitiu efetuar uma caracterização dos períodos, das iniciativas ou etapas determinantes do seu percurso histórico, da sua integração nos contextos mais amplos das diversas dimensões da educação de adultos e da educação popular, de que é parte integrante; permitiu igualmente evidenciar os laços estruturais entre o processo de alfabetização e educação básica e os processos de industrialização e urbanização da sociedade portuguesa nos séculos XIX e XX, bem como dar conta das tensões, dos conflitos e ambiguidades que este processo suscitou nos diversos grupos e classes sociais e nas instituições que os representaram.

Palavras-chave: Alfabetização e educação básica. Educação de adultos. Educação popular.

ABSTRACT

Taking as a starting point the research carried out as part of a doctoral thesis, we analyze the process of literacy and basic education of adults in Portugal, in the period between the thirties of the nineteenth century and the mid-eighties of the twentieth century. The authors start from a theoretical framework that recognizes the impossibility of a neutral or apolitical education, placing themselves in a critical perspective in relation to pedagogical, economic or merely managerial perspectives of the educational phenomenon. The research was based on a process of documentary research and analysis, from primary and secondary sources, and on an analysis and discussion of the existing educational and pedagogical literature on the subject. The work carried out allowed us to characterize the periods, the initiatives or determining stages of its historical path, its integration in the broader contexts of the various dimensions of adult education and popular education, of which it is an integral part; it also allowed us to highlight the structural links between the process of literacy and basic education and the processes of industrialization and urbanization of Portuguese society in the nineteenth and twentieth centuries, as well as to account for the tensions, conflicts and ambiguities that this process raised among the various groups and social classes and the institutions that represented them.

Keywords: Literacy and elementary education. Adult education. Popular education.

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade do Porto. Mestre em Educação e Formação de Adultos pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. E-mail: jorgemsmoreira.mc2@sapo.pt.

² Doutor e Mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Bordeaux II. Professor Catedrático da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Professor Emérito da Universidade do Porto. E-mail: correia@fpce.up.pt.

³ Doutor em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa. Professor Auxiliar e membro do Centro de Investigação e Intervenção Educativa na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. E-mail: caramel@fpce.up.pt.

INTRODUÇÃO

A educação de adultos tem uma longa trajetória em Portugal, integrada na problemática mais vasta da educação, de que é uma componente, com as suas especificidades próprias. O lugar da educação de adultos, bem como o da educação em geral (formal e não formal), vai modificar-se profundamente, tal como noutros países europeus, na transição do século XVIII para o século XIX, num quadro mais geral de reconhecimento da importância do papel dos sistemas educativos e da necessidade da sua reforma. No contexto das sociedades liberais que, então, se vinham implantando nas sociedades europeias, herdeiras de concepções sociais e políticas iluministas que valorizavam o conhecimento e confrontadas com as mudanças induzidas pelos novos processos de produção (manufatura e indústria), atribuíam-se novas funções à educação, ainda que, conforme as circunstâncias sociais, económicas e políticas de cada país, estas se fossem delineando de formas muito diversas.

A educação de adultos surge associada, muito estreitamente, à instrução/educação popular, entendida, sobretudo, como alfabetização (o ler, escrever e contar) da generalidade da população ou como a frequência do ensino primário elementar (educação básica) embora não se esgotando, todavia, nessa vertente da intervenção. Com efeito, outras dimensões da educação de adultos, como a difusão do conhecimento cultural e científico, a animação e a dinamização da ação cultural autónoma das populações ou a promoção do ensino profissional, suscitaram a atenção e ação do Estado e de muitos cidadãos. Durante largos períodos, designadamente no caso português, a alfabetização e a educação básica dos adultos desempenharam, sobretudo, um papel complementar no contexto das políticas públicas ou das iniciativas particulares dirigidas à promoção da instrução popular, as quais atendiam prioritariamente à educação das novas gerações, esperando-se assim uma progressiva eliminação do analfabetismo e o alargamento do número daqueles que passariam a pertencer ao mundo da cultura letrada.

Em Portugal, a questão da alfabetização e da instrução/educação popular (e da educação de adultos) entrelaçou-se ainda com um outro tema; o «atraso» educativo (da educação formal) do povo português, que mobilizará intensas disputas ideológicas e retóricas ao longo dos séculos XIX e XX. Com efeito, o reconhecimento por parte de determinadas frações das classes sociais dominantes, de parte da classe política, da generalidade dos intelectuais, das classes médias em crescimento e, inclusive, de setores mais avançados das classes populares, da importância crescente dos processos educativos, associado ao reconhecimento do atraso da alfabetização e da escolarização da população portuguesa, quando comparada com a situação de muitos outros países europeus e do mundo, e a discussão dos caminhos que deveriam ser trilhados para superar essa diferença, constituiu um tópico muitas vezes presente no debate político e pedagógico ao longo de todo este período. Do mesmo modo, foi-se cimentando, ao longo de décadas, a consciência de que os esforços implementados no campo educativo não estavam a produzir os resultados necessários, fosse como se aventava por resistências estruturais e culturais da sociedade e do povo português, fosse pela inconsistência das políticas elaboradas e da fraqueza dos recursos a elas alocados, fosse mesmo pela incúria ou incompetência dos governantes. Não faltam testemunhos

dessa continuada discussão que mobilizou políticos, pedagogos, intelectuais, movimentos cívicos, etc.

Optamos por discutir, no presente artigo o processo que designamos por alfabetização e educação básica (ensino elementar primário) da população portuguesa, focando, sobretudo, a expressão desse processo na população adulta, sem desconhecer, no entanto, a sua profunda interligação com a globalidade do conjunto do fenómeno educativo e com as outras dimensões da educação de adultos. Por essa razão, procuramos explorar, em primeiro lugar, a origem e o significado de alguns conceitos essenciais à compreensão do percurso histórico do que habitualmente designamos por educação de adultos para, em seguida, nos determos mais pormenorizadamente na questão da alfabetização e da educação básica. Ao longo do período que aqui abordamos (anos trinta do século XIX a meados da década de oitenta do século XX), e relativamente a esta temática, muitas políticas e programas foram sendo ensaiados, muitos atores e intervenientes se empenharam no processo, muitas etapas se foram sucedendo, alguns êxitos e muitos fracassos se foram registrando. Convencidos de que o conhecimento do passado permite um melhor entendimento do presente e ajuda a pensar o futuro, procuramos também, com base numa investigação de doutoramento em torno da educação de adultos, que realizamos, discutir algumas das características essenciais desse processo.

EM TORNO DE ALGUNS CONCEITOS CENTRAIS: DA INSTRUÇÃO POPULAR À EDUCAÇÃO DE ADULTOS

A pessoa humana é, por natureza, um ser aprendente, com a potencialidade de retirar ensinamentos dos diversos contextos e experiências que vivencia. A expressão tão comum «aprender até morrer» é uma tradução popular dessa realidade. De facto, a maioria das aprendizagens, e talvez as mais significativas de um ser humano ao longo da sua vida, decorrem das interações que vai estabelecendo com o meio natural e social envolvente e a forma como as processa e internaliza. Há muito que se reconhece a importância dos processos de socialização na formação dos indivíduos e, no campo da educação, o conceito de educação informal assinala a relevância educativa da participação dos sujeitos nos seus diversos contextos de vida. Para além destes processos informais, nos quais não existe uma intencionalidade educativa prévia, as sociedades humanas sempre foram desenvolvendo formas mais ou menos formais e intencionais de transmitir informações, conhecimentos e saberes diversos. O recurso aos perceptores/professores para o ensino/educação dos filhos das classes nobres ou burguesas no âmbito familiar, a transmissão do saber profissional, no âmbito das organizações dos ofícios medievais, a constituição de grupos de natureza variada nas paróquias (para aprendizagem do catecismo) ou na vida militar (para diversos fins), a edição de materiais impressos (jornais, revistas, livros), a realização de conferências, palestras, sessões de leitura coletiva, cursos, a frequência da escola, constituem exemplos dessas modalidades formais/não formais de ensino/aprendizagem. Todavia, seria a escola, enquanto estrutura privilegiada de educação, permitindo chegar a um número elevado de pessoas, que viria a tomar-se no modelo educativo referencial e dominante nas sociedades modernas, remetendo as outras modalidades de ensino/aprendizagem para uma situação de menor reconhecimento social. A escola, como a conhecemos hoje, com alunos, professores, edifícios próprios, programas específicos, etc. começa a desenvolver-se a partir dos séculos XVII e XVIII, na Europa,

e é concomitante com a afirmação dos Estados-Nação de que constituiu um elemento essencial.

Nestas «novas» sociedades, a educação seria chamada a desempenhar um papel mais importante e central do que até aí, já que os processos económicos, sociais e culturais que as atravessavam exigiam uma expansão significativa da cultura letrada: não apenas o domínio dos códigos da leitura e da escrita e de operações matemáticas simples, mas também a compreensão elementar dos conhecimentos da ciência e da técnica em desenvolvimento acelerado, ou dos saberes necessários para o funcionamento dos crescentes e mais complexos aparelhos económicos, administrativos, judiciais, etc. Novos protagonistas surgiriam no campo da educação, particularmente o Estado, mas também organizações da sociedade civil, que disputariam à Igreja o papel que, neste campo, esta desempenhava tradicionalmente. Tratava-se, por um lado e em primeiro lugar, de renovar a educação e a formação das elites dirigentes, para a gestão do Estado e dos negócios, num mundo crescentemente globalizado, proporcionando aos filhos da aristocracia ou da burguesia um percurso escolar longo e, por outro lado, de permitir a determinados estratos das classes médias ou das «classes laboriosas» uma educação/formação para a sua entrada no mercado de trabalho, ocupando posições intermédias no Estado ou nas atividades económicas (as classes médias) ou para o desempenho de determinadas ocupações profissionais mais específicas nas manufaturas, na indústria ou no comércio (as classes populares). É neste enquadramento que, do ponto de vista ideológico, se vão suceder diversas discussões sobre se os esforços educativos da sociedade se deviam direcionar prioritariamente às elites dirigentes, abarcando igualmente determinados estratos médios da população ou se deveriam também envolver as camadas populares e em que grau ou intensidade.

Nos seus primórdios, a expansão da instrução/educação organizada é concebida, sobretudo, como dirigida às crianças e aos jovens e pressupunha, em geral, o ensino da escrita e da leitura e de noções básicas de história e geografia e, quase sempre, a educação moral e religiosa. Para os mais afortunados (filhos das classes mais abastadas ou com algum patrono) poder-se-ia seguir um percurso escolar mais longo, que assegurasse o estatuto social de partida ou um trajeto de ascensão social. Os adultos ficavam, tendencialmente e conceitualmente, à margem do sistema escolar, em sentido estrito, ficando reservadas para eles outras modalidades menos formais de educação. Todavia, de forma paulatina, o modelo escolar de formação, ou modelos próximos, ir-se-iam impondo também na sua direção. Um dos primeiros paladinos da ideia de uma educação base aberta a todas as crianças e jovens é Comenius que já no século XVII argumentava a favor dos benefícios que uma literacia generalizada acarretaria para as sociedades, embora não visse vantagens em se procurar ensinar os adultos, já que a educação, enquanto processo organizado, se deveria dirigir à infância, quando a “imaginação é ágil e os dedos flexíveis” (2001, p. 115). Já Condorcet (1792) igualmente defensor da universalidade da instrução, mas pública e gratuita (no ensino primário elementar), afirmava que aquela se deveria proporcionar em “todas as idades da vida” com a finalidade de “conservar os conhecimentos e se adquirir novos” (1792). Neste sentido, pode ser considerado um precursor da educação de adultos.

Conceito de instrução/ educação popular

O conceito de instrução/educação popular, que começa a emergir destes posicionamentos, tem a ver exatamente com a ideia de ser vantajoso para a sociedade,

no seu conjunto, o «derrame da ilustração» (como por vezes se vê escrito) pelos indivíduos pertencentes às camadas populares, ideal que demoraria a implementar-se e que só progressivamente faria o seu caminho. Voltaire, ilustre iluminista do século XVIII, por exemplo, não partilhava dessa ideia de «ilustrar» o povo (a população que não tinha mais que os seus braços para viver, como dizia)⁴. Em Portugal, também se polemiza sobre o assunto. Ribeiro Sanches escreve em 1760, nas Cartas Sobre a Educação da Mocidade, que “o rapaz de doze ou quinze anos que chegou a saber escrever uma carta, não quererá ganhar a vida a trazer uma ovelha cansada às costas, a roçar de manhã até à noite, nem a cavar” (1922, p. 111). Ou que não precisava “esta classe de povo” mais do que “seguir aquele caminho que seguiam os seus progenitores e tutores” (idem, p. 114). Em sentido contrário, o padre Luís António Verney defendia, no Verdadeiro Método de Estudar, a responsabilidade do Estado na promoção de uma escolaridade mínima acessível para todos as crianças e jovens fossem do sexo masculino ou do feminino, referindo que “devia haver em cada rua grande ou ao menos nos bairros, uma escola pública para que todos os pobres possam mandar lá os seus filhos, o que se pratica em várias partes” (1746, p. 254). É assim que o conceito de Instrução Pública gratuita, nos seus níveis elementares, se cruza com o conceito de Instrução/Educação Popular já que, sendo difícil aos indivíduos das classes populares suportarem os custos da sua própria educação, esta teria que ser suportada pelo Estado. O acréscimo da despesa pública seria compensado, nas palavras dos que o defendiam, pelos benefícios sociais que daí decorreriam.

As expressões «educação» e «instrução» são, muitas vezes, utilizadas indistintamente. No entanto, também não é raro, na literatura pedagógica dos séculos XVIII, XIX e XX, encontrarmos o seu uso com significados distintos, sendo que, neste caso, a instrução é, em geral, considerada apenas um aspeto do conceito mais abrangente de educação. A título de exemplo, refira-se um artigo no Panorama – Jornal Literário e Instrutivo, órgão da Sociedade Promotora dos Conhecimentos Úteis (nº 122, 1ª série, agosto de 1839), intitulado “Da educação em todas as idades”, no qual se afirma que:

De ordinário confundimos estas duas palavras – educação e instrução; mas cada uma tem a sua aceção diversa. A educação é mais ampla que a instrução porque abrange todos os meios de desenvolver e cultivar todas as faculdades do homem segundo os fins para que os recebemos da Natureza; a instrução, porém é um desses meios, destina-se a exercitar só uma espécie dessas faculdades, isto é, as intelectuais”.

E, num outro número dessa publicação (nº 27, 1ª série, 1837), esclarece-se quais são essas diferentes espécies de faculdades a necessitar de exercitação, exigindo cada uma delas uma determinada modalidade de educação: a intelectual – que trata de “compor a inteligência”, isto é, de dar [à pessoa] os conhecimentos necessários “ao papel que tem de representar na cena da vida”; a moral – “que trata da alma”, isto é, dos valores morais e religiosos; a física – que trata do corpo.

Quanto à “educação nas diversas idades”, afirma-se, no artigo que acima referimos, que quando pensamos em educação pensamos logo na “mocidade”, o que se considera ser um “grande erro”, já que “qualquer que seja a idade do homem, cumpre-lhe instruir-se e aperfeiçoar-se sempre”. Mas fica-se por aí, assinalando a importância da aprendizagem quotidiana a partir da experiência de vida. No mesmo artigo, é possível ainda colher

⁴ « je doute que cet ordre de citoyens ait jamais le temps ni la capacité de s'instruire ; ils mouraient de faim avant de devenir philosophe » (Voltaire, 1784, citado por Luísa Messina, 2018).

outras perspectivas quanto à educação como a da educação diferenciada segundo a classe social de pertença já que “os favores da fortuna” (e o talento) são desigualmente distribuídos. Assim, “às classes inferiores oferecem-se menos meios de instrução”, reconhece-se, acrescentando que essa deve ser uma razão para os indivíduos desses grupos sociais aproveitarem o que puderem.

O conceito de educação/instrução popular, como apropriação pelo «povo» de um saber letrado que lhe estava vedado, vai ser conceitualizado, pelos seus defensores, como fator necessário à integração social das camadas populares na sociedade que emergia da transição do Antigo Regime, assente na autoridade real e no domínio feudal da nobreza, para as sociedades liberais e capitalistas do século XIX, que se procuravam fundar numa ideia de soberania popular (ainda que limitada) e na expansão comercial e industrial dos negócios, que vinham a fazer crescer uma burguesia dinâmica em alguns países europeus e da América do Norte. Será mesmo visto, por alguns, como criador de hábitos de ordem e de disciplina necessários ao bom funcionamento das sociedades contemporâneas. A ideia do acesso à educação/instrução como um direito dos cidadãos, ou como um fator de emancipação dos indivíduos e dos grupos populares, embora subjacente, por vezes, ao discurso dos pioneiros da educação popular, apenas iniciaria a sua afirmação, associada à ideia de transformação do sistema social pela ação dos «explorados», com a emergência dos movimentos populares e operários já na transição do século XIX para o século XX.

Ainda que defendida, por determinados setores, a vantagem da generalização da alfabetização e da educação elementar, para o desenvolvimento das sociedades liberais, encontraria uma significativa desconfiança e resistência, a maioria das vezes de forma passiva (por omissão), mas por vezes, ativamente, em parte das suas elites (no caso português de forma bastante evidente), por receio das consequências que poderiam advir de um «povo ilustrado» para o exercício do seu poder (as mais temidas: recusa do trabalho duro e subalterno; contestação dos poderes estabelecidos). A elite dirigente portuguesa, por razões que terão a ver com as alterações estruturais relativas à inserção da sociedade e da estrutura produtiva portuguesa numa Europa em profunda transformação (revolução industrial) e que a remeteram para um papel secundário (semiperiférico), nomeadamente ao não conseguir acompanhar a dinâmica industrial e comercial dos países do centro europeu, conduzindo a uma sobrevivência prolongada de fatores socioeconómicos e culturais pré-capitalistas, apresentar-se-á dividida quanto à necessidade e interesse de uma mais rápida expansão da cultura letrada entre as camadas populares. Como refere Hobsbawm, caracterizando a atitude da burguesia europeia, no século XIX, perante determinados aspetos da evolução política e socioeconómica das suas sociedades (nomeadamente nos seus estratos superiores), verificou-se uma “eterna batalha política” entre os “partidos do movimento” ou do “progresso” e os “partidos da ordem” (1990, p. 237). Já as classes médias seriam maioritariamente, para este autor, próximas dos «partidos do progresso», “mas de modo algum insensíveis à ordem” (idem). Também se verificariam, no outro lado da escala social, nas camadas populares, fruto das condições socioeconómicas em que viviam, dificuldades objetivas no envio dos seus filhos à escola, acompanhadas, em muitos casos, por um discurso de rejeição ou incompreensão das vantagens da cultura letrada. De qualquer modo, a questão da educação/instrução popular, enquanto alfabetização e escolarização elementar do conjunto da população, associada também ao tema da instrução pública, atravessará todo o século XIX, no mundo ocidental, como uma questão candente e central dessas sociedades, prolongando-se ainda para grande parte

do século XX. Em Portugal, constituiria um tópico presente nas discussões educativas e nas políticas públicas até aos anos sessenta do século passado, data a partir da qual as prioridades educativas com os estratos sociais populares em idade escolar se começam a centrar na efetivação de graus de escolaridade mais elevados. No entanto, e no que concerne aos adultos, os ecos em torno da educação popular estender-se-iam até ao final da década de oitenta. Hoje em dia, a expressão «educação popular» praticamente já não se faz ouvir, mesmo no caso da educação de adultos onde, como referimos, o conceito se manteve atuante por mais tempo. Não que tenha perdido inteiramente o seu significado e importância. Na realidade, a maioria das pessoas que constituem a população portuguesa continuam a integrar-se no que poderíamos designar por camadas populares e a expressar determinadas necessidades educativas/formativas. Mas, num tempo de complexidade crescente das sociedades, de alterações profundas no mundo do trabalho e nas sociabilidades, onde parece exigir-se dos indivíduos, e cada vez mais intensamente, novos conhecimentos e competências sociais e profissionais, a ideia da educação popular necessitaria certamente, para se manter eficaz, de uma reconceptualização.

As dimensões da educação de adultos

A educação de adultos, em Portugal, regista, um percurso histórico alargado. Com efeito, é possível remontar a organização de ações de alfabetização/educação/formação dirigidas à população adulta, embora dispersas, pouco numerosas e centradas num público restrito e na divulgação das «novidades» científicas, a épocas anteriores ao século XIX (Rogério Fernandes, 1984, refere vários exemplos desse tipo de ações organizadas nos séculos XVII e XVIII). Será, contudo, ao longo do século XIX, e particularmente da segunda metade, que as questões relativas à educação de adultos começam a surgir de forma mais regular e consistente, quer nas preocupações dos governantes quer na atenção da sociedade civil e de algumas das suas organizações. Neste enquadramento, a questão da educação dos adultos tendeu a ser considerada principalmente como um aspeto da instrução e educação popular, despertando a atenção e o esforço de várias gerações de portugueses que se empenharam em promover políticas e iniciativas educativas que contribuíssem para a promoção da alfabetização e da educação/instrução entre as classes populares.

Do nosso ponto de vista, são três as dimensões principais a partir dos quais se desenvolve o grosso das políticas e das práticas educativas no campo da educação de adultos em Portugal, entendida esta como um conjunto de ações de diversa índole, organizadas, mais ou menos sistematicamente, com uma intencionalidade educativa/formativa, dirigidas a uma população que, por diversas razões, não seguiu o percurso habitual de educação/formação inicial na «idade própria» (que foi variando consoante as épocas) ou que, tendo-o feito, procurou em idades mais tardias aprofundar ou complementar a sua educação escolar ou profissional: a alfabetização e promoção da educação elementar ou básica; o ensino técnico-profissional; e uma área mais abrangente, difusa e menos formalizada, em torno do acesso e democratização do conhecimento e da cultura bem como da promoção da cidadania e participação social e política. Nenhuma destas áreas é exclusiva da educação de adultos, nem sequer, com exceção da última, desempenhou aí o «papel» principal.

Estas três dimensões da educação de adultos estão presentes ao longo da evolução deste setor da educação, por vezes tocando-se, por vezes interligando-se a alfabetização/educação elementar com os aspetos cívicos e culturais, por vezes

correndo autonomamente, em linhas paralelas a ritmos diferentes. No seu conjunto, constituem grande parte do que podemos considerar como dimensões fundamentais da educação de adultos portuguesa no período a que nos reportamos. Das três, a questão da alfabetização/educação elementar foi aquela que foi sentida como mais decisiva pela generalidade dos atores educativos e sociais, na medida em que o domínio da leitura e da escrita se revelava, aos olhos de muitos, como um fator básico de acesso à participação na vida das sociedades modernas e como fator de desenvolvimento individual e coletivo. Só a posse desses códigos parecia arrancar os indivíduos ao domínio da ignorância e da superstição (como muitas vezes se escreveu) e fazê-los aceder (bem como ao conjunto da comunidade) às promessas da modernidade. O ensino técnico-profissional constitui, durante a maior parte do tempo que aqui tratamos, a única via possível ao dispor dos adultos ou dos jovens já inseridos no mercado de trabalho, para prosseguirem estudos para além do ensino primário, já que o ensino liceal apenas, a partir de 1973, passou a oferecer cursos noturnos. Sem dúvida, foi neste tipo de ensino que muitos jovens e adultos das classes trabalhadoras procuraram a oportunidade de se valorizarem pessoal e profissionalmente. Se a alfabetização das camadas populares constituiu um tópico estruturador de mobilização e ação, de muitas personalidades e movimentos cívicos, ao longo dos séculos XIX e XX, vista como condição de cidadania, a ação e a dinamização cultural, numa perspectiva de maior amplitude, exprimindo-se de formas diversas, representou para muitos dos movimentos e organizações que se dedicaram à educação popular, uma linha de atividade indispensável. A «construção» de um cidadão culto, informado e atuante na sociedade a que pertence, pareceu a essas entidades um fator indispensável para o progresso e o desenvolvimento de sociedades democráticas e desenvolvidas.

O percurso da educação de adultos em Portugal insere-se, como referimos, num contexto educativo mais abrangente, ele próprio determinado, em grande parte, pelos contextos sociais, económicos e políticos constitutivos da evolução socioeconómica e política do país nos últimos dois séculos e, como tal, muito influenciado pelas dinâmicas e pelos acontecimentos que constituem a nossa história. Um percurso marcado por avanços e recuos, por linhas de continuidade (positivas umas, negativas outras), por tensões e conflitos, por momentos de rutura que lhe imprimiram novas direções, por uma grande diversidade de projetos e programas. Das primeiras medidas e referências que ainda mal distinguiam a educação de adultos do «caldo» genérico da instrução popular, nas primeiras décadas da monarquia constitucional, à lenta emergência das primeiras políticas públicas no campo da educação de adultos; dos cursos noturnos, às Escolas Móveis para adultos, começadas antes e institucionalizadas pela 1ª república; das Universidades Livres e Populares promovidas por setores intelectuais progressistas à atividade do movimento operário e sindical em prol da educação das «classes laboriosas»; do elogio do analfabetismo à culpabilização do analfabeto como «sujeito» perigoso para si e para a sociedade, enquanto construções ideológico-educativas do Estado Novo; da revolução democrática, iniciada em Abril de 1974, que abriu novos caminhos à educação popular de adultos e à consolidação da rede pública de educação de adultos; à sua evolução, na década de noventa do século passado, para uma vertente mais formal e escolarizada, por via do ensino recorrente, e de muitas outras ocorrências, se constituiu a «história» da educação de adultos, em Portugal, nos séculos XIX e XX. Torna-se, no entanto, necessário reconhecer que, apesar das políticas públicas e das iniciativas cívicas que foram tendo a educação de adultos como objeto, e da constatação da existência de ciclos de afirmação e desenvolvimento desta, tem predominado um défice de atenção e de empenhamento na consolidação deste

subsetor educativo, consubstanciado na dificuldade de estabilizar políticas e estruturas coerentes e de longo prazo, o que se traduz na carência de reconhecimento do papel que a educação de adultos poderia (e deveria) desempenhar na sociedade portuguesa.

APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA DOS ADULTOS EM PORTUGAL

Para uma visão geral

O processo de alfabetização e de educação elementar da população portuguesa concentrou-se, em grande medida, nos grupos etários entre os sete e os quinze anos, esperando-se que a sua permanência por algum tempo na escola fosse generalizando, progressivamente, ao conjunto da população, os conhecimentos elementares de cultura letrada considerados indispensáveis à integração dos cidadãos numa sociedade que se via em transformação. No seu desenvolvimento, encontrou resistências de diversos tipos, quer em determinados grupos sociais, quer na elaboração, na consistência e na persistência com que as políticas dirigidas à sua concretização se desenvolveram. Deste modo, um contingente significativo e, por muito tempo, até maioritário, dos indivíduos que constituíam estes grupos da população, não frequentou a escola ou abandonou-a demasiado cedo, passando a integrar-se no conjunto da sociedade, no que diz respeito à literacia, na condição de analfabeto, ou com um grau de domínio da leitura e da escrita rudimentar.

A educação de adultos foi, portanto, chamada a desempenhar um papel complementar, cuja contribuição não é fácil de quantificar, mas que não pode ser reduzido à irrelevância. Numa perspectiva muito geral, podemos afirmar que a questão da generalização da alfabetização e da educação básica dirigida aos adultos (leia-se indivíduos, em geral, com mais de 15 anos, mas podendo ser menos, se considerarmos a idade com que se aceitavam inscrições nos cursos que lhes eram dirigidos) se começa a colocar oficialmente na década de trinta do século XIX, quando é inscrita, pela primeira vez, na legislação do Estado português, a obrigação, em certas circunstâncias, de se realizarem aulas noturnas para os adultos que as não pudessem “ouvir” durante o dia (decreto de 15 de Novembro de 1836). Até esse momento, a aprendizagem da escrita e da leitura, para um adulto, apenas era possível pela ação «benemérita» de algum mestre ou professor que se dispusesse a acolhê-lo nas suas aulas (era aceitável, à época, juntar na mesma sala crianças e adultos desde que do mesmo género), ou da ajuda de alguém «letrado» capaz de transmitir esse saber. Também nos quartéis, por determinadas necessidades de serviço, podiam organizar-se cursos de iniciação à leitura e à escrita para alguns soldados e marinheiros.

O processo de alfabetização e educação básica dos adultos manter-se-á na ordem do dia, até meados/finais dos anos oitenta do século XX, quando se extinguem os ecos do último grande programa de combate ao analfabetismo, o Plano Nacional de Alfabetização e Educação Básica de Adultos (PNAEBA). A partir dessa data, as preocupações com a educação de adultos (do ponto de vista da escolaridade), passaram a dirigir-se, preferencialmente, para a obtenção de graus escolares mais elevados, sem que, contudo, o problema do analfabetismo ou o da baixa escolaridade entre os adultos estivesse totalmente resolvido.

Se considerarmos a evolução da taxa de analfabetismo, que constitui um indicador da evolução do processo de alfabetização, podemos constatar a sua longa duração entre nós. E ainda que se possa verificar uma tendência de redução contínua e mais ou menos regular da taxa de analfabetismo, de década para década, respondendo a uma evolução de fundo socioeconómica e cultural da sociedade portuguesa, no sentido de uma penetração cada vez mais significativa da alfabetização e da escolarização, uma apreciação mais pormenorizada desse indicador, mostra variações nos ritmos de redução do analfabetismo, que se poderão considerar resultantes da intensificação de processos socioeconómicos e culturais em curso ou, em certos casos, de políticas públicas ou iniciativas da sociedade civil, direcionadas mais intensivamente para esse objetivo. Assim, a taxa de analfabetismo na população portuguesa seria, segundo algumas estimativas (CARVALHO, 2008, p. 549), no início do século XIX, de 90%. No começo do século XX, essa taxa rondaria, na população com 10 anos ou mais, os 73%⁵. Em 1930, finda a I República, situava-se ainda nos 60%. Em 1970, já perto do final do Estado Novo, situava-se nos 26%. Em 1991, mais de década e meia após o 25 de Abril, a taxa de analfabetismo era ainda de 11% e de 5% em 2011 (último censo realizado). De facto, considerando a evolução das taxas de analfabetismo, em Portugal, a partir de 1878, quando se começam a organizar os censos populacionais com regularidade, podemos constatar, até 1930, uma diminuição progressiva, regular, mas lenta, década a década, sem oscilações muito expressivas (aproximadamente na ordem dos 3 a 4%), aparentemente indiferente aos ciclos políticos e económicos, às políticas públicas e às diversas iniciativas.

Do início dos anos trinta ao final da década de cinquenta constata-se uma aceleração da taxa de redução de analfabetismo entre 8 a 10% por decénio (ainda assim, apenas 1% ao ano, no melhor dos casos), que parece resultar do impacto das alterações socioeconómicas verificadas na sociedade portuguesa, nomeadamente dos processos de industrialização e de urbanização (também eles lentos, quando comparados com outras sociedades do centro europeu) e de uma ação mais efetiva do Estado com vista ao cumprimento da escolaridade obrigatória, pela população em idade escolar. Infelizmente, esta ação do Estado fez-se acompanhar de uma redução do número de anos dessa escolaridade (de cinco para três), de uma contratação significativa de «professores» sem a formação adequada para o exercício da profissão docente e da introdução de um programa curricular marcado por uma ideologia de cariz nacionalista e autoritária que exaltava as «qualidades» da raça, louvava a infalibilidade do «chefe», glorificando a obediência à autoridade.

⁵ Evolução da taxa de analfabetismo de 1878 a 2011, segundo os Censos.

Ano	%	Δ	Ano	%	Δ	Ano	%	Δ	Ano	%	Δ
1878	79		1920	65	-3%	1960	33	-10%	2001	9	-2%
1890	76	-3%	1930	60	-5%	1970	26	-7%	2011	5	-4%
1900	73	-3%	1940	52	-8%	1981	19	-7%			
1911	69	-4%	1950	43	-9%	1991	11	-8%			

Δ – Variação face ao Censo anterior

1878 - Taxa de analfabetismo na população com mais de sete anos

1890 a 2011 – Taxa de analfabetismo na população com 10 anos e mais

Dados entre 1878 e 1970, em CANDEIAS, A. (dir. e coord.), 2004; dados entre 1981 e 2011, em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517> Acesso em: 03 mar. 2021.

Nas décadas de sessenta, setenta e oitenta, a velocidade de redução da taxa de analfabetismo desacelera um pouco, mas é ainda assim significativa, resultante quer dos efeitos indiretos da continuidade dos processos de industrialização e urbanização na procura de educação e escolarização (anos sessenta e setenta), quer dos esforços para a alfabetização dos adultos (anos oitenta). A partir dos anos noventa, o ritmo de redução diminui significativamente, em resultado, por um lado, da reorientação das prioridades das políticas de educação de adultos para outros patamares de escolaridade e, por outro lado, do facto de a população analfabeta se concentrar, cada vez mais, em níveis etários elevados.

Uma análise mais complexa e rigorosa da evolução dos processos de alfabetização e educação elementar exigiria a consideração da sua variabilidade em função do género, da sua expressão nas diferentes regiões do país e em contextos urbanos ou rurais e nos diversos escalões etários. A sua análise detalhada afastar-nos-ia dos objetivos essenciais do presente artigo. No entanto, pode dizer-se que o género constitui uma variável significativa, mostrando as estatísticas taxas superiores de analfabetismo no género feminino, bem como uma menor participação no processo de escolarização, ao longo do tempo, derivada das conceções atribuídas, em cada tempo histórico, aos diversos papéis de género. Contudo, essa diferenciação apresenta uma tendência decrescente à medida que nos aproximamos do tempo presente⁶. Constatam-se diferenças regionais com alguma relevância entre distritos e concelhos, entre interior e litoral, entre zonas urbanas e zonas rurais, entre Lisboa e Porto e outras zonas do país, que vão evoluindo ao longo do tempo, permanecendo algumas dessas diferenças, modificando-se outras, mostrando o impacto dos processos de urbanização e industrialização mas, também, de fatores de ordem local, que podem influenciar significativamente a participação em ações de alfabetização e de escolarização. A análise das taxas de analfabetismo, por escalões etários, também assinala diferenças que tendem a perpetuar-se no tempo, revelando-se, como esperado, uma maior incidência nas faixas etárias superiores. Inclusive, à medida que o processo de escolarização se acentua, conduzindo a uma permanência maior das novas gerações na escola, essas diferenças acentuam-se. Deve-se, no entanto, fazer notar a circunstância de, até aos anos trinta do século passado, as faixas de idade com menor percentagem de analfabetos se encontrarem entre os vinte e os trinta e nove anos e não naquelas onde seria suposto que o analfabetismo menos se faria sentir (a faixa entre os sete e os quinze anos), cujos elementos eram abrangidos pela obrigatoriedade de frequentarem a escolaridade primária elementar). Esta circunstância demonstra, como referimos anteriormente, que um contingente muito grande do escalão entre os sete e os quinze anos, de facto, «fugia à escola», mas mostra, também, que uma parte do contingente entre os quinze e os trinta e nove anos encontrava formas alternativas (alguns certamente nos cursos noturnos) de aceder à aprendizagem da leitura e da escrita.

Os processos de alfabetização e de educação básica da população portuguesa, embora seguindo curvas de evolução próximas, constituem, apesar de todas as similitudes e entrelaçamentos existentes, processos, em certo grau, autonomizados um do outro. Os dados disponíveis, a literatura pedagógica e as peças legislativas, mostram que mesmo que a alfabetização se fizesse, em geral, na escola e em cursos de ensino primário

⁶ Pode-se inclusive dizer que, em grande medida, hoje, este é um não problema. A taxa de participação feminina nos processos educativos (também nas ações dirigidas aos adultos), em Portugal, é idêntica, e em muitos casos superior, à do género masculino.

elementar, com recurso a professores e aos programas oficiais, ou em modelos similares, se pode fazer a distinção entre as duas situações. Decorre essa distinção do facto de até épocas próximas da atualidade ser frequente o abandono da escola, ou dos cursos de ensino básico, logo que se obtinham os rudimentos de leitura e de escrita, pelo que muitas pessoas se «satisfaziam» com estas noções básicas ou, mais realisticamente, por diversas razões, viam-se impedidas de prosseguir com a sua aprendizagem. De qualquer modo, no final dos anos oitenta do século passado, quando as políticas públicas de educação dirigidas aos adultos, se começam a concentrar na promoção de escolarização de nove e doze anos, cerca de um milhão de indivíduos com quinze ou mais anos, ou não possuía as competências básicas de leitura e de escrita ou não tinha ainda concluído quatro anos de escolaridade⁷. Dados do Observatório das Desigualdades mostravam que, em 2017, 52% da população ativa portuguesa (25-64 anos), não tinha mais do que a escolaridade obrigatória (nove anos). Num conjunto de 31 países europeus. Portugal encontrava-se na penúltima posição, a uma distância considerável do antepenúltimo (Espanha com 40,9%)⁸, embora se possa dizer que essas diferenças se fazem sentir, sobretudo, nos escalões etários mais elevados. Mantém-se, pois, uma certa dificuldade em «acertar o passo» com os restantes países europeus dado o «lastro» da herança histórica dos processos de alfabetização e escolarização da população portuguesa. Todavia, sendo certo que o nível de escolaridade não deve ser o único (nem talvez o principal) aferidor do nível educativo de um povo, existindo essa diferenciação, só poderá ser compensada por uma política de educação de adultos diversificada e dirigida às múltiplas necessidades e interesses que os adultos e a sociedade contemporânea demandem.

Mais de um século e meio levou a concluir-se (no essencial) o processo de alfabetização e escolarização básica da população portuguesa. Sem dúvida, demasiado tempo para os muitos que se exasperaram com a lentidão com que avançou. Nele, a educação de adultos desempenhou a sua parte, umas vezes de forma mais atuante, encontrando os intervenientes implicados novas modalidades de organização e intervenção ou dinamizando as já existentes, outras vezes, limitando-se aos «serviços mínimos», vivenciando situações de estagnação ou até de retrocesso.

Sem estruturas organizativas autónomas ao nível do Estado, que só se afirmariam depois da revolução de abril de 1974, as políticas e as iniciativas relativas à educação de adultos foram evoluindo ao sabor dos ciclos políticos e económicos e das sensibilidades, projetos e interesses colocados em jogo pelos diversos atores e organizações sociais que sobre ela agiam.

Momentos-chave do processo de alfabetização e educação básica dos adultos em Portugal

Talvez se possa afirmar que a «grande questão» da educação de adultos, em Portugal, durante os séculos XIX e XX, tenha sido o problema do analfabetismo e da alfabetização - a «educação do povo» como foi, muitas vezes, designada. Como afirmava um historiador português, já depois da II guerra mundial, quando quase todos os países europeus há muito que tinham logrado a alfabetização do conjunto da sua população

⁷<https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos++segundo+os+Censos++sem+n%C3%ADvel+de+ensino+total+e+por+sexo-859> Acesso em: 03 mar. 2021.

⁸ <https://observatoriodasdesigualdade.wordpress.com/2018/06/14/nivel-de-escolaridade/> Acesso em :03 mar. 2021.

A doença que enferma a Nação é o seu atraso cultural em relação aos Estados Civilizados, colocando-a fora de toda a possibilidade de competir com eles, e condenando-a à derrota em toda a concorrência; a sua inferioridade marca-a o estigma do analfabetismo, mais do que qualquer outro. Os demais aspetos de degradação da Grei são secundários e quase todos daí derivam. As taras de que sofre o nosso viver social e a nossa organização política provêm, sobretudo, de que não vencemos nunca a nossa crise de educação (LOPES D'OLIVEIRA, s/data, p. 12).

Em seu redor estalaram polémicas, gizaram-se campanhas de alfabetização, conceberam-se programas e legislou-se bastante, mobilizaram-se vontades de muitas pessoas. Com efeito, como referimos, se atendermos às taxas de analfabetismo da nossa população durante este período, comparativamente com a maioria dos países europeus, elas colocam-nos num lugar pouco honroso de uma virtual tabela comparativa. Associada a outros indicadores educativos que, de um modo geral, remetiam para as baixas taxas de escolarização da população portuguesa e para um atraso geral do setor da educação, com consequências no desenvolvimento global do país, a questão da alfabetização encontrou-se, por essa razão, frequentemente, no centro do combate político. Os movimentos republicanos criticaram asperamente a monarquia pela sua incapacidade de promover a alfabetização da população e até pelo seu desinteresse em fazê-lo; os movimentos socialista, anarquista e operário censuraram a República (mas também a monarquia) pelas mesmas razões; os movimentos de oposição ao regime ditatorial do Estado Novo acusaram-no de incentivar e glorificar a ignorância e o analfabetismo entre as massas populares; e, mesmo depois do 25 de Abril, o poder democrático que saiu da revolução foi, muitas vezes, criticado pela pouca atenção e interesse dedicado à resolução dessa questão.

Pode-se destacar alguns «momentos» ou «iniciativas em que a questão do analfabetismo/alfabetização mereceu uma atenção particular, ligados à emergência de movimentos cívicos em torno do tema ou a uma maior atenção do poder político ao assunto:

a) a década de cinquenta do século XIX, que assinala o «nascimento» de uma nova dinâmica, ainda que breve, no campo da alfabetização/educação de adultos resultante de dois «acontecimentos» confluentes: a criação do método de «leitura repentina», por A.F. Castilho⁹, e o seu proselitismo em prol deste que, conjugado com o reconhecimento que obteve junto das elites intelectuais e políticas, conduziu a um significativo aumento da promoção e organização, por iniciativa pública ou particular, de cursos diurnos e noturnos para o ensino das «primeiras letras»; a emergência das primeiras formas de organização operária, como é o caso do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, que tendo como missão principal o apoio à constituição de associações profissionais nos diversos setores da indústria, orientou também a sua atenção para a organização de cursos de «ler e escrever» (recorrendo ao método da «leitura repentina») e para cursos de cultura geral ou profissional, dirigidos aos artesãos e operários da área de Lisboa. A falta de apoio público continuado a estas iniciativas resultantes, na sua maioria, da ação de associações de diversos tipos, induziu ao seu progressivo esmorecimento;

⁹ António Feliciano de Castilho (1800-1875) foi um poeta e escritor português que criou um método de ensinar a ler e escrever que ficou conhecido por «método de leitura repentina», «método Castilho» ou «método português». Bastante influente junto das elites políticas e intelectuais do seu tempo, exerceu uma ação prolífica no campo da educação popular. O seu método suscitou tanto apoios entusiásticos quanto críticas veementes.

b) a iniciativa governamental, em 1866/1867, que procurava «fundar o ensino de adultos», dando origem a legislação com esse objetivo (decreto de 20 de junho de 1866), seguido da aprovação do que pensamos constituir o primeiro regulamento específico para os cursos noturnos (isto é, autonomizado da legislação geral relativa ao ensino primário), em 1867 (decreto de 28 de novembro). A dinâmica então instituída levou a um crescimento, em poucos meses, do número de cursos de 62 para 547 e de 2 866 alunos inscritos, no ensino noturno, para cerca de vinte mil (Costa, 1870:260). Todavia, a falta de empenho continuado nesta direção pelo poder central, que empurrava responsabilidades e gastos para as entidades locais, e a falta de respostas destas, nomeadamente das Câmaras Municipais, derrubaram a iniciativa. Em 1870, já só restavam em funcionamento a “terça ou quarta parte” dos referidos cursos (idem).

c) o movimento das «Escolas Móveis», que se desenvolveu entre 1880 e 1930 (data da sua extinção pelo Estado Novo), ligado a personalidades republicanas, que tomou para si próprio a missão de combater o analfabetismo, utilizando o método de ensino da leitura e escrita criado por João de Deus¹⁰, e que organizava cursos ditos móveis ou temporários onde quer que um pequeno grupo interessado se disponibilizasse a frequentar as sessões. A 1ª República viria a oficializar esse tipo de escolas (diurnas e noturnas), destinando-lhe um financiamento próprio. As escolas móveis conhecem então um grande crescimento: entre os anos letivos de 1913/14 e 1929/30, terão sido realizados 4 778 cursos móveis, envolvendo 214 590 inscritos, dos quais (para os anos em que existe registo) terão tido aproveitamento, isto é, aprenderam a ler e a escrever, cerca de 30% (dados recolhidos em Sampaio, 1969, p. 22). As escolas móveis também podiam preparar para o exame da 2ª classe, no entanto foram poucos os que a concluíram por essa via. Objeto de críticas relativamente às fragilidades do modelo utilizado (temporalidade, voluntariado, preparação dos docentes, escassez de recursos materiais e pedagógicos) constituiu, apesar disso, um impulso e crescimento no campo da educação popular/educação de adultos. Todavia, e mesmo tendo em consideração o aumento do número de indivíduos inscritos nas escolas de ensino primário ou em atividades de alfabetização e outras de educação de adultos, o esforço realizado não foi o suficiente para compensar as necessidades criadas por uma população que, desde 1880, crescia sensivelmente meio milhão de pessoas por década;

d) As duas últimas décadas do regime monárquico (1890-1910), e o período republicano (1910-1926), constituíram uma época de particular atividade de movimentos cívicos diversos, do movimento operário, de partidos políticos que se preocupam com a questão da educação popular e a educação de adultos e que vão conduzir a uma forte interpenetração entre educação e atividade política. Com efeito, quer os setores críticos no interior da monarquia, quer organizações ligadas ao republicanismo ou ao movimento operário, colocam a educação, nomeadamente a educação popular, como vetor estratégico do país, assumindo-a como uma linha de ação cívica. É um período em que surgem e ganham expressão as Sociedades e os Grémios de Instrução Popular, normalmente ligados ou ao Partido Republicano ou a setores mais dinâmicos da burguesia industrial e comercial, e que se dedicam quer à organização de atividades na

¹⁰ João de Deus (1830-1896) foi um poeta português muito popular no seu tempo. Foi também o autor de um método de ensino de leitura e de escrita da língua portuguesa, que ficou conhecido pelo *Método de João de Deus*. Apresentou-o na obra *Cartilha Maternal ou a Arte da Leitura*, publicada em 1876. Tendo alcançado imenso sucesso com esse método, que concitou admiradores entusiastas, provocou também muita polémica e discussão e suscitou detratores acérrimos, à semelhança do que tinha acontecido 25 anos antes com o método de leitura repentina de A.F. Castilho. Tal como tinha acontecido com aquele, o método de João de Deus chegou a ser proposto como método oficial para aprendizagem da leitura e da escrita, mas tal não se veio a concretizar.

área da alfabetização e do ensino primário elementar, quer à organização de palestras e sessões de divulgação cultural e científica. Mas é também um período de forte atividade no campo da alfabetização/educação popular a partir dos Sindicatos e Associações Profissionais (o caso da Voz do Operário é exemplar neste domínio¹¹) e em que, parte dessas estruturas, sob influência de correntes anarco-sindicalistas, irão mesmo contestar o «ensino burguês» e investir num modelo de ensino autónomo, pensado a partir da realidade social do mundo operário e visando a emancipação dos trabalhadores, o que implicava a construção de uma rede própria de escolas e a sua autonomização administrativa e pedagógica. Desenvolve-se, igualmente, um movimento associativo popular de carácter cultural e recreativo em volta da música, do teatro, dos passeios e visitas «ao campo», mas que não é indiferente à temática da alfabetização e da educação de base dos adultos. Apesar do dinamismo do associativismo educativo, cultural e popular, neste período, em torno da educação, a sua atividade não pôde compensar a insuficiência da ação das estruturas do Estado central e local;

e) a «Campanha Nacional de Educação de Adultos», desenvolvida no âmbito do Plano de Educação Popular, entre 1952 e 1956, pelo Estado Novo, que exaltara o analfabetismo na sua fase inicial e cujos dirigentes máximos defendiam a ideia de que era mais importante «formar as elites» que ensinar o povo a ler. Procura o regime, finda a II guerra mundial, responder a novas necessidades de formação de mão-de-obra suscitada por uma vaga de industrialização que crescia na Europa e que chega a Portugal, em regime de «condicionamento industrial», mas que procura, igualmente, melhorar a sua imagem e legitimidade internacional face à divulgação de estudos internacionais comparativos que deixavam Portugal bastante mal colocado em diversos indicadores. Propõe-se, então, aos adultos analfabetos ou que tivessem um domínio precário da leitura e da escrita, a inscrição em cursos de ensino primário, com o objetivo de concluírem a 3ª classe. A Campanha vai recorrer a uma intensa mobilização dos meios de comunicação social (jornais, rádio e cinema) e de diversas corporações (empresas, igreja, entidades públicas) com vista a uma participação massiva dos adultos nas atividades propostas. Também se vai caracterizar pelos seus aspetos discricionários (dirigia-se apenas aos «adultos» entre os 14 e os 35 anos), punitivos (ameaça de despedimento em caso de recusa, impossibilidade de emigrar ou de passar à disponibilidade, caso estivesse no serviço militar, sem a 3ª classe concluída), e culpabilizantes dos analfabetos, difundindo-se deles uma representação de pouco valor social, responsabilizando-os por essa circunstância. Embora concluindo pelo êxito da campanha, que terá conduzido à certificação de 247 277 indivíduos (dados oficiais) com o diploma da 3ª classe, o regime também concluiu pela dificuldade da “ação recuperadora em idades que diminuem a facilidade de aprendizagem e aumentam os fatores que desviam do caminho da escola” (decreto 40 964 de 31 de dezembro de 1956). A Campanha Nacional de Educação de Adultos constituiu a ação mais marcante do Estado Novo, no campo da alfabetização/educação básica de adultos, ao longo dos seus 48 anos de duração. Para além da manutenção dos cursos noturnos do ensino básico (até à 4ª classe), sem, no entanto, os promover ou valorizar, registe-se a criação da Direção-geral de Educação Permanente (Decreto-Lei nº 408/71 de 27 de setembro) com a incumbência de desenvolver programas de educação extraescolar, atividades de

¹¹ O jornal a «Voz do Operário» surge, em 1879, no seio dos trabalhadores do tabaco, para ajudar na organização dos operários deste setor e denunciar as péssimas condições de trabalho que os atingia. Em 1883, é constituída a cooperativa com o mesmo nome com o objetivo de assegurar a sobrevivência económica do jornal. A «Voz do Operário» terá um importante e continuado papel (ainda hoje se mantém em atividade) no campo da educação popular.

promoção cultural e profissional, o fomento de bibliotecas educativas e casas de cultura e, ainda, o desenvolvimento de uma ação supletiva no ensino básico. No entanto, a atividade desta entidade, junto dos adultos, durante o período final do regime do Estado Novo, não foi significativa.

f) Os dois anos que se estendem entre a revolução de Abril de 1974 e a aprovação da Constituição do país, em Abril de 1976, período habitualmente designado por Processo Revolucionário em Curso (PREC), constitui uma época de particular intensidade de transformação política e social, na qual “a contribuição da educação para a democratização social” adquire uma forte centralidade nos discursos dos agentes educativos, conduzindo a uma definição da educação que contribuía simultaneamente para “a formação da democracia” e “a legitimação do exercício da democracia no próprio espaço educativo” (CORREIA, 1999, p. 83). Derrubada uma longa ditadura, reconquistadas as liberdades políticas, o direito a falar e a escrever livremente, as «massas populares» vão transformar as ruas e praças das cidades, as fábricas e as escolas em locais de exercício de cidadania e reivindicação, com que o poder político não podia deixar de contar. Uma onda de energia transformadora, de entusiasmo, de vontade de participação percorreu Portugal, levando a mudanças em todas as áreas da sociedade. A educação não fugiu à regra. No campo da alfabetização e da educação básica dos adultos, reanimam-se movimentos e estruturas. A taxa de analfabetismo ronda ainda os 25% entre a população com mais de quinze anos. Multiplicar-se-iam então, um pouco por todo o país, iniciativas visando a alfabetização dos adultos, num movimento que envolveria coletividades e associações populares, sindicatos, comissões de trabalhadores, comissões de moradores, ou a criação de associações de educação popular, para melhor responder às necessidades educativas dos adultos. Entre esta disseminação de iniciativas, pode-se referir, pela sua especificidade, duas delas: as campanhas de alfabetização promovidas pelos estudantes no verão de 1974, em zonas rurais do norte e centro do país e algumas ilhas dos Açores e que, apesar da sua curta duração e de se terem caracterizado por um certo romantismo revolucionário, algo ingénuo, exprimem simbolicamente a vontade de transformação social que animou muitos setores sociais da época e, sobretudo, teve o mérito de, logo no início do processo de democratização, ajudar a recolocar novamente o tema da alfabetização num terreno de maior visibilidade institucional e política; a ação da Direção-Geral de Educação Permanente, entre Outubro de 1975 e Julho de 1976, que colocou em marcha um programa de educação de adultos, numa perspectiva de educação permanente, articulando apoios públicos com a ação autónoma de estruturas populares dedicadas à alfabetização/educação de adultos, configurando a primeira tentativa de constituição de uma rede de atores no campo da educação de adultos, constituindo um marco fundamental no percurso deste setor em Portugal. Como referem investigadores da educação que se têm debruçado sobre este período, predomina, neste movimento, uma «lógica da educação popular» (LIMA, 2005; LIMA e GUIMARÃES, 2018; ARAÚJO, 2014), entendida já não como um «derramamento» da educação, a partir das pessoas instruídas, em direção ao povo, mas como uma construção autónoma do próprio povo. Um outro autor (CANÁRIO, 2007, p.11) considerá-lo-á, mesmo, o “período de ouro” da educação e formação de adultos em Portugal.

g) A primeira metade da década de oitenta do século XX, já algo «arrefecidos» os entusiasmos revolucionários, com o país em plena institucionalização da sua democracia política de tipo ocidental, imerso no esforço de construção de um «Estado-Providência» que garantisse os direitos sociais adquiridos pela revolução e consagrados na

Constituição Portuguesa, a braços com uma difícil situação económica e com o projeto de adesão à Comunidade Europeia em marcha, em termos de alfabetização e educação de adultos seria dedicada, em grande medida, à implementação do PNAEBA, desenvolvido sob responsabilidade da Direção-Geral de Educação de Adultos. Organizado ainda numa lógica de educação popular, previa o envolvimento direto de estruturas populares (os Centros de Cultura e Educação Permanente), visando prioritariamente a eliminação definitiva do analfabetismo no país e a promoção da educação básica elementar (instrução primária). Neste plano, a alfabetização e a educação de base não surgiam isoladas, mas inseridas em lógicas de animação cultural e até de desenvolvimento social e económico, a partir de dinâmicas territoriais e das características e necessidades das comunidades locais envolvidas. Nos anos seguintes, disseminou-se pelo país uma malha densa de Cursos de Educação Básica de Adultos (CEBAS), multiplicaram-se as iniciativas culturais (projeção de filmes, espetáculos de teatro, música, folclore, recolha de tradições), promoveram-se festas, atividades oficinais, sessões sobre saúde, planeamento familiar, educação sanitária, cursos profissionais, projetos de desenvolvimento local, sobretudo na área agrícola, entre tantas outras iniciativas. Surgiu igualmente uma rede pública de coordenações concelhias e distritais dedicadas ao planeamento e coordenação das atividades do plano. Apesar de não se ter ido tão longe quanto desejável no envolvimento das populações, nem se ter atingido todos os objetivos propostos, o PNAEBA constituiu um dos maiores e diversificados programas de alfabetização e de educação de base dos adultos já realizado em Portugal. Envolveu dezenas de milhares de adultos (cerca de cem mil) nas suas atividades educativas e muito mais no conjunto das ações realizadas; constituiu a primeira rede pública de educação de adultos, efetivamente distribuída pelo conjunto do território português; e tornou-se um campo de experimentação e inovação de formas de ação e de metodologias no terreno da luta contra o analfabetismo e pela promoção da educação de base dos adultos, da animação sociocultural, da formação profissional e do desenvolvimento local, que muito marcariam a evolução do setor da educação de adultos. Constituiu, também, o último grande programa no campo da alfabetização da população adulta portuguesa, sem que a questão do analfabetismo estivesse, como referimos, inteiramente resolvida. A escolarização acentuada da educação de adultos no período de 1986-1995, conduziria, igualmente, à extinção da entidade que, sob várias designações, e desde 1971, assumia no interior do Estado central a implementação das políticas públicas relativas à educação de adultos¹². Esta extinção marca, simbolicamente, o culminar de um processo em que as políticas públicas de educação de adultos se passaram a preocupar, predominantemente, com o fornecimento de uma segunda oportunidade escolar aos jovens saídos precocemente do sistema educativo e centrava-se prioritariamente em promover percursos escolares mais longos. O campo das políticas educativas passa então a reger-se, fundamentalmente, por “uma progressiva desreferencialização da contribuição da educação para a democracia”, para passar a orientar-se por uma “ideologia de modernização” tecnocrática e por “uma definição económica da educação” (CORREIA, 1999, p. 89). A partir de 1995, com as mudanças políticas que se verificaram e que conduziram à criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), dos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), dos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e de outras medidas, inicia-se, do nosso ponto de vista, um novo

¹² Direção-geral de Educação Permanente (1971-1979); Direção-geral de Educação de Adultos (1979-1987); Direção-geral de Apoio e Extensão Educativa (1987-1988); Direção-geral de Extensão Educativa (1988-1993).

ciclo de políticas diferenciadas para a educação de adultos, em Portugal, marcadas por aspetos inovadores que, integrando ensinamentos das experiências anteriores, têm vindo a permitir a formulação de novas soluções e respostas para os problemas colocados pela educação/formação dos adultos, embora mantendo-se muito permeável a lógicas redutoras de modernização ou de simples gestão de recursos humanos (LIMA, 2005; LIMA e GUIMARÃES, p. 2018; ARAÚJO, p. 2014) ou, então, procedendo a um reajustamento desse referencial econômico da educação, pela integração da problemática da inclusão social e pelo discurso da igualdade de oportunidades que, muitas vezes, tende a mascarar as desigualdades sociais efetivamente existentes (CORREIA, 1999, p. 99).

O debate em torno do «atraso» da alfabetização e da educação básica

O combate pela alfabetização da população portuguesa ocupou durante décadas e décadas a atenção e os esforços de milhares de portugueses. Professores, intelectuais, políticos, «militantes» da educação e da cultura, pessoas comuns, mobilizaram-se em prol desta causa, por vezes perante a incompreensão, a indiferença e até a hostilidade de determinados segmentos da sociedade. Também a discussão sobre as causas da lentidão com que esse processo decorreu foi atravessando as diferentes épocas.

Argumentou-se com o desinteresse dos trabalhadores rurais e dos operários pela instrução, esquecendo-se, tantas vezes, as suas duras condições de vida, a escassez dos seus recursos, a necessidade frequente de recorrer ao trabalho infantil para a sobrevivência das famílias, o cansaço após as longas jornadas de trabalho nos campos e nas fábricas, que impedia ou desincentivava a ida à escola ou a participação em atividades educativas; criticou-se (justamente, aliás) a atitude das «elites» políticas e económicas por não terem apostado tão fortemente como deviam na «educação e instrução do povo», não criando as condições necessárias para isso, ou mesmo obstaculizando a sua integração nos processos educativos.

A este propósito, Alberto Melo fala de uma atitude de “obscurantismo programado”, como forma de controlo social (2012, p. 383-384) e Licínio Lima acrescenta que essa postura se revelou uma “invariante estrutural” que permanecerá sempre dominante (2005, p. 32); chamou-se a atenção para a diferença de posicionamento das igrejas protestantes no norte da Europa, que incentivavam a população à leitura e da igreja católica romana, nos países do sul, que pouco fizeram pela sua promoção; mostraram-se os efeitos negativos da instabilidade política que caracterizaram largos períodos da história portuguesa dos séculos XIX e XX, marcados por invasões, guerras, revoluções, mudanças de regime, levantamentos populares e muitos outros acontecimentos que perturbaram o normal funcionamento das instituições (mas nos outros países não parece que a situação tenha sido muito diferente). Certamente que as causas para a morosidade do processo de alfabetização e escolarização básica da população portuguesa reside nestas e noutras razões. O facto de a sociedade portuguesa ter permanecido até à década de sessenta uma sociedade predominantemente rural, apesar dos fenómenos de industrialização e urbanização que foi experimentando, constitui também um fator apreciável neste aspeto. No quadro de uma sociedade rural, a «pressão para a alfabetização faz-se sentir com menor intensidade, já que a utilidade da alfabetização ou da frequência escolar não parecia repercutir-se de forma evidente no melhoramento da situação económica ou nas possibilidades de mobilidade social dos camponeses e trabalhadores rurais.

Pode-se afirmar que, no caso português, os processos de industrialização, urbanização e nível de educação caminham a par. Com isto, não queremos dizer que a ação do Estado, as políticas públicas ensaiadas ou a ação dos movimentos cívicos em prol da alfabetização e da educação popular, não produziram os seus efeitos, mais ou menos eficazes, mas os resultados alcançados dependeram de um conjunto complexo de fatores, de processos, de tendências, de movimentos de carácter económico, demográfico, cultural e político, entrelaçando-se uns nos outros, que foram moldando a evolução do país (e da educação) e definindo os seus traços essenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como fomos referindo ao longo do texto, o curso histórico do processo de alfabetização e educação básica da população portuguesa, para além de prolongado, foi sendo realizado em situação de «atraso» face ao que acontecia na maioria dos países europeus e vivenciado por diversos setores da sociedade portuguesa com angústia e dramatismo, vendo na persistência do analfabetismo e das baixas qualificações escolares um sinal evidente da incapacidade do país para se desenvolver e modernizar, económica, cultural e socialmente, e de criar uma sociedade mais equilibrada e justa para o conjunto dos seus cidadãos. Para muitos dos intervenientes (individuais e coletivos) que se empenharam e assumiram para si a tarefa de promover a alfabetização e a educação básica, entre os adultos, esta não era de maneira nenhuma a única questão relevante. De facto, em simultâneo com ela, e de acordo com as circunstâncias históricas, como fomos assinalando ao longo do texto, outras causas se lhe foram associando. A promoção de graus mais elevados de escolaridade, a intervenção cívica, a intervenção política, a educação socioeducativa, a animação cultural, a recuperação de tradições culturais, a formação para o trabalho, o desenvolvimento social, a luta pela justiça social, constituíram «bandeiras» de muitos desses movimentos. Tratou-se, efetivamente, ou como tal foi sentida por diversos desses protagonistas, de uma «batalha» pelo progresso, pela cultura, pela liberdade e pela justiça social, que se foi desenvolvendo década após década, e cuja memória merece ser reconhecida.

Hoje, vencida, em grande medida, a luta contra o analfabetismo e pela efetivação da educação básica da população portuguesa, a educação de adultos continua a ter um papel a desempenhar, confrontando-se com novos desafios. Numa sociedade que tantas vezes se diz em crise, em processo de globalização ou mudança (para onde?); em que os vínculos profissionais se precarizam e desumanizam; na qual os conhecimentos e saberes de hoje correm o risco de perder valor no futuro próximo; em que se diz vivermos num mercado competitivo de competências e qualificações, em que cada sujeito é responsabilizado por se manter adaptável, flexível e competente, numa corrida sem fim; em que a tecnologia informática, robótica ou biológica muda a face dos contextos de vida do indivíduos, das modalidades do trabalho e da comunicação entre as pessoas, de forma por vezes paradoxal; em que o verdadeiro e o falso de uma informação sobrecarregada circula vertiginosamente, tornando mais difícil o seu processamento; onde crescem os sinais de ansiedade e depressão individual e social; onde se mantêm ou aumentam as velhas desigualdades sociais e novas vão aparecendo; onde crescem as ameaças à liberdade e à democracia e a intolerância e a xenofobia se fazem sentir sob novas roupagens; em que a crise climática se constitui como ameaça existencial à humanidade, a educação de adultos, tal como no passado, nas suas múltiplas formas de ação/intervenção, é colocada perante o desafio de contribuir para o questionamento e reflexão destas questões, para o desenvolvimento

dos indivíduos, dos grupos e das comunidades que aqueles integram, nas suas múltiplas dimensões cognitivas, emocionais, educativas, profissionais, culturais e outras e de ajudar, por essa via, no progresso social e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao mesmo tempo, uma educação de adultos para o tempo atual exige, do nosso ponto de vista, a assunção de objetivos e modelos de organização e funcionamento abrangentes e diversificados, capazes de articular a educação formal e não formal ou informal; a educação para o trabalho, mas também para a cidadania, a participação e vivência democrática; a informação e o conhecimento mas, igualmente, o estímulo à análise, à reflexão crítica e à promoção de práticas culturais emancipatórias, essenciais para o desenvolvimento do indivíduo, da sua subjetividade e das comunidades em que se insere. Uma reflexão que, partindo dos pressupostos de uma análise crítica, contribua para a emergência de um “discurso da utopia realizável”, que permita dar visibilidade às práticas alternativas ao pragmatismo dominante (CORREIA, 1994, p. 7) e identificar os caminhos que se apresentam à educação de adultos no tempo presente.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Luísa. Educação de Adultos: Soluções Transitórias para um Problema Persistente. In Maria de Lurdes Rodrigues (Org.), **40 Anos de Políticas de Educação em Portugal**. Coimbra: Almedina, 2014. p. 353-392.
- CANÁRIO Rui. A Educação e o Movimento Popular do 25 de Abril. In Rui Canário (Org.), **Educação Popular & Movimentos Sociais** Lisboa: Educa, 2007. p. 11-35.
- CANDEIAS, António (Dir. e Coord.), PAZ, Ana Luísa, ROCHA, Melânia. **Alfabetização e Escola em Portugal nos séculos XIX e XX – Os Censos e as Estatísticas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- CARVALHO, Rómulo. **História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- COMENIUS, Iohannis Amos. **Didactica Magna**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001 Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/didaticamagna.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- CONDORCET, Marie-Jean Antoine-Nicolas Caritat (1792). **Rapport et projet de décret sur l'organisation générale de l'instruction publique, présentés à l'Assemblée Nationale, au nom du Comité d'Instruction Publique, 1792**. Disponível em: <http://www.assemblee-nationale.fr/histoire/7ed.asp>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- CORREIA, José Alberto (1994). A Educação em Portugal no limiar do século XXI: perspectivas de desenvolvimento futuro. **Educação, Sociedade & Culturas**, 1994. nº 2, p. 7-30.
- CORREIA, José Alberto. As Ideologias Educativas em Portugal nos Últimos 25 Anos. **Revista Portuguesa de Educação**, 1999. V.12, n.1, p. 81-110.
- COSTA, D. António. **A Instrução Nacional**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.
- D'OLIVEIRA, Lopes. Oliveira Martins, o seu Programa e o Engrandecimento do Poder Real. In: MARTINS, R.; D'OLIVEIRA L. **Cadernos Históricos**. Lisboa: Edições Excelsior, s/data.
- FERNANDES, Rogério. Nascimento da Educação de Adultos em Portugal. Séc. XVII – Séc. XVIII. **O Instituto: Jornal Científico e Literário**, 1984. p. 43-77.
- HOBSBAWM, Eric. John. **A Era do Império, 1875-1914**. Lisboa: Editorial Presença, 1990
- LIMA, Licínio. A educação de adultos em Portugal (1974-2004): Entre as lógicas da educação popular e da gestão de recursos humanos. In: CABRITO, B.; CANÁRIO R. (org.). **Educação e Formação de Adultos: Mutações e Convergências**. Lisboa, Educa, 2005. P. 31-60.
- LIMA, Licínio, GUIMARÃES, Paula. Lógicas Políticas da Educação de Adultos em Portugal. **Cadernos de Pesquisa**, 2018. v. 48, n. 168, p. 600-623.

MELO, Alberto. **Passagens Revoltas. 40 Anos de Intervenção por Ditos e Escritos**. Lisboa: Associação In Loco; Sítio do Livro, 2012.

MESSINA, Luisa. L'éducation des enfants au XVIII siècle. **Histoire Culturelle de l'Europe** (Revista Electrónica), 2018. Disponível em: <http://www.unicaen.fr/mrsh/hce/index.php?id=559>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SAMPAIO, José Salvado. Escolas Móveis (Contribuição Monográfica). **Boletim Bibliográfico e Informativo**, 1969. n. 9, p. 9-28. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SANCHES, António Ribeiro (1922). **Cartas Sobre a Educação da Mocidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

VERNEY, Luís António. **O Verdadeiro Método de Estudar** (Tomo II), 1746. Disponível em: https://purl.pt/118/4/sc-53281-v/sc-53281-v_item4/sc-53281-v_PDF/sc-53281-v_PDF_24-C-R0150/sc-53281-v_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

Data da submissão: 08/05/2021

Data da aprovação: 18/05/2021